

## Literatura e história: um diálogo possível

Manuela Fantinato\*

**RESUMO:** Este ensaio trata das relações entre história e literatura, do ponto de vista da história e do ofício do historiador, com destaque para as ideias de Dominick Lacapra. Distanciando-se de abordagens tradicionais que entendiam o texto literário como documento, defende-se, aqui, encará-lo como um corpo de experiências capazes de provocar no leitor percepções e inspirações que incitem a produção de conhecimento sobre os vários tempos do texto, desde sua produção até sua recepção.

**Palavras-chave:** história; literatura; Dominick Lacapra.

Em 1966, um historiador chamado Hayden White publicou um artigo intitulado *The Burden of History* (ou “o peso da história”). Nele, o autor questionava o argumento, ainda bastante em voga no momento de escrita do texto, de que o historiador ocuparia uma espécie de meio do caminho – com características de neutralidade que se confundem com superioridade epistemológica – em que arte e ciência (social) encontram síntese harmoniosa (White, 1966, p. 111). Nessa ótica, o historiador não apenas seria o principal mediador entre passado e presente, mas o único tipo de intelectual capaz de combinar esses dois modos distintos de compreensão do mundo.

Para White, essa narrativa hipostasiada do historiador era devedora de uma concepção novecentista de história, que dialogava com uma noção de arte romântica e de uma ciência positivista – em sua concepção, uma má arte e uma má ciência, ambas fundamentadas em critérios de objetividade referenciais que já há muito haviam mostrado sua insuficiência para a compreensão do mundo contemporâneo. Desse anacronismo natural da história tradicional, surgiria a desconfiança que tanto arte quanto ciência compartilham, na contemporaneidade, frente ao trabalho do historiador – sendo, na maioria das vezes, rejeitado como carente de imaginação e sensibilidade, por um lado, e de ambiguidade metodológica, por outro. Não apenas a condição privilegiada em que se coloca o historiador mais tradicional não parece dialogar com nenhum dos critérios críticos desses saberes, mas a própria premissa de separação entre ciência e arte, em que se baseia essa assumpção, estaria, para White, em xeque frente à “descoberta” do caráter construtivo comum de ambas enquanto discursos da sociedade no século XX.

Anos depois, em 1973, White publica um livro em que propõe análise da história enquanto discurso, com poética(s) própria(s) manifestada(s) em elementos estruturais distintivos, *Meta-história*. Com isso, torna-se uma espécie de *persona non grata* para muitos historiadores – alguns talvez receosos de perder o tal espaço particular que tinham criado para si, outros, quem sabe, temerosos frente à possível ruína do que restou da ideia de verdade –, que desqualificam seu trabalho, relegando-o ao interesse dos estudos literários. Embora seja bastante fácil questionar seus postulados construtivistas, não se pode negar sua grande contribuição para o desvelamento de uma crise. A atenção ao problema que a ousadia de seu trabalho coloca em questão não pode ser desqualificada e se manifesta nas seguintes palavras:

In so far as historians pretend to belong to a community of intellectuals distinguishable from the literate public in general, they have obligations to the former that transcend their obligations to the latter. If therefore both artists and scientists – in their capacities as artists and scientists and not in their capacities as members of the Civil War Book Club – find the truths which historians deal in trivial and possibly harmful, then it is time for historians to ask themselves

seriously whether such charges may not have some basis in reality. (White, 1966, p. 124)<sup>1</sup>

Para White, enquanto arte e ciência transcenderam as concepções estáveis de realidade que predominavam no passado, assumindo o caráter provisório e dinâmico do mundo e de suas verdades, a história se encastelou na busca de uma continuidade entre passado e presente que desfigura o próprio presente. O peso da história, destacado no título do artigo de 1966, refere-se à sua ligação com os paradigmas de um mundo que ruiu, e, ao mesmo tempo, ao desafio e à tarefa de livrá-la da crise epistemológica na qual se encontra em seu tempo; de reestabelecer a dignidade dos estudos históricos, de modo a aproximá-los aos propósitos da comunidade intelectual em geral, e transformá-los, para permitir aos historiadores participar de modo positivo na libertação do presente desse mesmo peso da história (White, 1966, p. 124). Trata-se de estudar história não como um fim em si mesmo, mas como um modo de oferecer perspectivas capazes de contribuir para a compreensão do presente.

[...] if the present generation needs anything at all it is a willingness to confront heroically the dynamic and disruptive forces in contemporary life. The historian serves no one well by constructing a specious continuity between the present world and that which preceded it. On the contrary, we require a history that will educate us to discontinuity more than ever before; for discontinuity, disruption, and chaos is our lot. [...] Only a chaste historical consciousness can truly challenge the world anew every second, for only history mediates between what is and what men think ought to be with truly humanizing effect. (White, 1966, p. 134)<sup>2</sup>

Essa crise tem na relação com a literatura um aspecto significativo. White chama atenção para certa hostilidade da literatura modernista frente à história, a ponto de argumentar que, se um autor quiser tratar do tipo de experiência humana que constitui de fato o material de interesse da literatura (e da arte) contemporânea, a própria noção de consciência histórica deve ser obliterada (White, 1966, p. 115). Isso se manifesta na recusa a cronologias e no jogo com temporalidades, na negação a télos e explicações absolutas, mas também, ironicamente, na recorrência do uso da figura do historiador como personagem representativo de determinada sensibilidade reprimida.<sup>3</sup>

Na outra ponta, enquanto a historiografia moderna passa a distinguir-se da tradicional pelo diálogo com as ciências sociais e pela aspiração à cientificidade, ela se distancia da literatura, da qual era considerada uma espécie de gênero até meados do XIX. Essa distância da literatura marca também uma atitude frente à literatura. No modelo de pesquisa instaurado pela história enquanto ciência, priorizou-se a análise de informações, associada a acontecimentos ou fatos históricos, quase invariavelmente acessíveis a partir de documentos. Dominick Lacapra chamou esse paradigma historiográfico de “documental”, e nele: “*The novel itself becomes little more than questionable ‘literary’ evidence, and an interest in literature (or philosophy) that goes beyond narrowly documentary limits is a tell-tale sign that one is not really doing history*” (Lacapra, 1985, p. 117).<sup>4</sup>

Lacapra se coloca em tensão com a predominância do uso do texto literário como documento com função referencial, ou seja, como fonte na qual é possível desvelar algum fato do passado ou observar a representação da vida social, suas características ou temas pertinentes. Aponta a simplicidade dessa visão, que parece ver na literatura apenas mais uma forma de corroborar um argumento validado por outras fontes, e que reivindica, em algum nível, uma ideia de verdade representada por meio da narrativa.

Literature becomes redundant when it tells us what can be gleaned from other documental sources. In this sense, literature is paradoxically most superfluous when it seems to provide us the most “useful” and “reputable” information, for it must simply replicate or confirm what can be found in more literal documents such as police reports. (Lacapra, 1985, p.126)<sup>5</sup>

Neste modelo, a escrita não parece ser uma questão em si, mas apenas um meio para a expressão de conteúdo(s) – em uma total subserviência da primeira em relação ao segundo. Essa abordagem não leva em conta que documentos são, eles mesmos, nas palavras de Lacapra, “textos” que “processam” a realidade, e seu uso requer uma leitura que vá além da simples crítica de fontes (Lacapra, 1985, p. 19-20).

Contrapondo-se a essa abordagem documental, estaria o “construtivismo radical”, representado por White. O trabalho mais ousado e significativo desse modelo seria *Meta-história*, em que o autor propunha a compreensão – e, por que não, também a confecção – de textos históricos a partir de metáforas explicativas, capazes de articular diferentes temporalidades, oferecendo uma visão que não se quer completa da realidade. O exemplo paradigmático seria o de Burckhardt que, no livro *A civilização da renascença italiana*, parte do que entendeu ser a metáfora do individualismo como eixo estrutural a partir do qual se constrói sua visão, sugerindo algumas perspectivas e ignorando outras. Nesse sentido, o texto adquire um valor quase autorreferente, em que a medida de validação é a coerência com o próprio argumento central. Enfatizando uma espécie de ficcionalidade discursiva estrutural, esse modelo aproxima o texto histórico da ficção ou da arte, em que não apenas a forma seria indissociável do conteúdo, mas, muitas vezes, seria seu acesso preferencial, senão único.

Como alternativa para o problema da relação entre literatura e história, Lacapra se coloca no meio do caminho entre a abordagem historiográfica tradicional de paradigma documental e as propostas formalistas de leitura de textos, históricos ou não, como unidades autorreferentes. O autor procura situar-se e negociar com aspectos de ambas as abordagens, sem, contudo, determinar um caminho fechado a seguir.

A move in a desirable direction is, I think, made when texts are understood as variable uses of language that come to terms with – or “inscribe” – contexts in various ways – ways that engage the interpreter as historian and critic in an exchange with the past through a reading of texts. (Lacapra, 1985, p.127)<sup>6</sup>

Assim, procura, na leitura de textos literários, articular contextos de escrita e recepção à leitura crítica. Trata-se de modelo que, sob hipótese alguma, pretende fechar-se em quadro metodológico. Cada um desses contextos guarda em si complexidade que deve obedecer às particularidades de cada texto e que, por isso mesmo, impede que qualquer regra se estabeleça *a priori*. Enquanto o contexto de escrita pode levar em consideração a biografia individual do autor ou as condições sociais e institucionais nas quais está inserido – o que faz muito sentido no caso de romances realistas, mas não necessariamente em poesia modernista, por exemplo –, o contexto de recepção deve ultrapassar abordagens quantitativas, procurando aprofundar-se em como textos são lidos e apropriados por diferentes grupos ou pessoas, em diferentes tempos ou contextos, inclusive o próprio.

Nessa leitura crítica reside a possibilidade de reconciliar a literatura e a história, sob novas bases. De um lado, possibilita reconfigurar a literatura como objeto para a história para além da simples representação ou busca de fontes. De outro, abre espaço para atravessar os estudos históricos enquanto prática intelectual e de escrita, tomando a

literatura como um modo de conhecimento, do qual é possível tomar de empréstimos procedimentos e características.

Para Lacapra, mais do que representar, a literatura permite o que chama de diálogo (“*dialogical exchange*”, no original, o que, literalmente, seria traduzido como “troca dialógica”) com o passado; uma determinada atitude que, embora não rejeite o olhar documental, procura levar em consideração outras questões, impalpáveis e difíceis de tangibilizar. Por meio desta ideia, Lacapra procura repensar o ofício do historiador, incluindo um componente crítico e autocrítico que resiste ao fechamento conclusivo (Lacapra, 2001, p. 35). No estranhamento provocado pela leitura, é possível estabelecer uma relação com o passado que ultrapassa a busca de respostas, mas que o aproxima, por meio da empatia e compreensão. Isso, enfatiza o autor, é condição premente para a abertura de novas formas de olhar antigos problemas.

Para esclarecer o que entende por isso, o autor recorre ao conceito psicanalítico de transferência. Em termos psicanalíticos, transferência é a situação por meio da qual um paciente se relaciona com o analista como se esse fosse um outro, repetindo relações libidinais que estabeleceu em sua história.<sup>7</sup> Lacapra estende essa noção para o trabalho do historiador em pelo menos duas situações. A primeira, mais evidente e próxima da situação paciente-analista, é a relação que se estabelece com o *corpus* de outros autores com os quais se dialoga, lendo neles respostas, explicações ou mesmo rejeições aos problemas com os quais se está lidando. A segunda, na qual se dá sua efetiva contribuição intelectual, refere-se à relação com o objeto de estudo. Trata-se da maneira pela qual determinadas questões reaparecem, com ou sem variações, no trabalho do historiador, oferecendo uma compreensão alternativa da relação com o passado, ou entre práticas do passado e suas explicações históricas. Em suas palavras:

I use “transference” in the modified psychoanalytic sense of a repetition-displacement of the past into the present as it necessarily bears on the future. “Transference” is bound up with a notion of time not as simple continuity or discontinuity but as repetition with variation or change – at times traumatically disruptive change. (Lacapra, 1985, p. 72)<sup>8</sup>

A transposição dessa ideia para a historiografia se apresenta problemática e ao mesmo tempo fértil. Em primeiro lugar, chama atenção para continuidades e repetições que conectam o passado ao presente, desestruturando a temporalidade sobre a qual está calcada a historiografia tradicional. Traz à baila, assim, a radical alteridade do passado e alerta para a coexistência e o atravessamento de distintas temporalidades, o que lhe permite colocar em perspectiva e repensar determinados temas e questões cujas interpretações e leituras parecem repetir-se sem uma reflexão mais atenta. A leitura de textos literários pode configurar-se em uma espécie de supressão momentânea dessa alteridade, que tem a potência de colocar o leitor em contato (diálogo ou “*dialogical exchange*”) com sensibilidades inacessíveis por meio de documentos convencionais.

Depois, desconstrói o mito da escrita objetiva do historiador, na medida em que impõe a autorreflexividade como condição necessária à pesquisa histórica. Isso coloca em xeque a obrigatória relação da história com o real e com o paradigma da verdade, introduzindo o peso da criação de sentidos e dos discursos sobre a verdade como fato histórico. Ao olhar para a literatura enquanto escrita, com procedimentos próprios, tão ou mais potentes do que as narrativas que engendram ou os conteúdos que carregam, abre-se possibilidade de transferir esse procedimento para a escrita (e também a leitura) da história. Quando realizada com o necessário cuidado e atenção, configura-se em

experiência crítica importante, que contextualiza as condições de escrita como produtoras de significados e interpretações próprias.

A literatura é importante espaço de produção de sentido na modernidade e sua forma acompanhou a mudança e a proliferação de sensibilidades como nenhuma outra arte o fez. O romance, em especial, configurou-se como gênero sintetizador do literário, assimilando e confundindo-se com outros gêneros, testando os limites de sua própria definição e permitindo ao leitor entrar em contato e criar empatia com determinados valores que jamais poderiam ser articulados em uma leitura documental. O que a literatura oferece de mais particular é justamente aquilo que não se lê, e nisso ela também pode sugerir ao historiador novas formas de leitura – do mundo e de sua própria disciplina.

In fact the most telling question posed by the novel to historiography may be whether contemporary historical writing can learn something of a self-critical nature from a mode of discourse it has often tried to use or to explain in overly reductive fashion. A different way of reading novels may alert us not only to the contestatory voices and counter-discourses of the past but to the ways in which historiography itself may become a more critical voice in the human “sciences”. (Lacpra, 1985, p.132)<sup>9</sup>

Lacpra expande, portanto, as relações entre literatura e história, deslocando o uso da primeira como simples documento para importante ferramenta de conhecimento histórico, na medida em que apresenta outras perspectivas e sensibilidades que aproximam ou colocam em tensão aspectos da instável relação entre presente e passado. Mais ainda, sem abandonar o valor de ótica mais tradicional que se apoia na relevância documental de determinadas obras literárias, ressalta a potência de criar diálogo por meio do qual procedimentos literários possam ser iluminados por determinados contextos e vice-versa, e a própria escrita de história possa enriquecer-se com mecanismos críticos, com os quais a literatura tem negociado desde a aurora da modernidade.

Embora as reflexões de Lacpra partam majoritariamente do trabalho com textos de ficção, é importante ressaltar o quanto a própria noção de literatura é híbrida e estendida, na contemporaneidade, à própria escrita. Em sua aula inaugural no Collège de France, Roland Barthes aproxima indistintamente literatura, escrita ou texto. Recusa a noção de literatura como um corpo ou sequência de obras, setor de comércio ou de ensino, assumindo-a como “o garfo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever” (Barthes, 2002, p. 17). Trata-se de pensar a literatura como escritura, cujo valor está além de qualquer possível relação com conteúdo e ideologias. Ao contrário, é exatamente na inadequação da linguagem ao real que se revelam as múltiplas tensões que as constituem, e na qual pairam seus autores, entendidos como sujeitos de uma prática. “Que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha quanto a própria linguagem, que produz uma faina incessante, a literatura” (Barthes, 2002, p. 22-23).

O discurso de Barthes no Collège de France é de 1977 e traz consigo as marcas de seu tempo, assim como os esforços de Hayden White de pensar e fazer uma nova escrita da história. Tempo em que se pregava a autonomia do texto e da literatura frente aos discursos ditos de “conhecimento” ou “científicos”, ao lado dos quais a história se emparelhava. Porém, seus ecos seguiram reverberando, a ponto de Antoine Compagnon, em seu próprio discurso inaugural, na mesma instituição, em 2006, retomar parte da problemática sobre o que é a literatura, invertendo-a na questão “literatura pra quê?”, pergunta ao mesmo tempo crítica e política, em melhor sintonia com o mundo contemporâneo. Compagnon busca aproximar uma tradição teórica, que considera a literatura como “una e própria, presença

imediate, valor eterno e universal”, e uma tradição histórica, que encara a obra literária como “outro, na distância de seu tempo e de seu lugar”, remetendo-o às origens (COMPAGNON, 2012, p. 15), por meio da ideia de crítica que procura aproximar o texto literário da própria vida.

O problema da pertinência da literatura para a vida se confunde com o problema da literatura para a história ou, em linhas mais gerais, para o próprio conhecimento. De uma visão clássica, que considera o literário, na forma de ficção, instrumento de aprendizagem por meio do deleite e da catarse; para o entendimento, alinhado a Barthes,<sup>10</sup> da literatura enquanto correção da linguagem, no sentido de ser capaz de desvelar uma verdade não transcendente nem referente, mas latente e inarticulável; passando pela leitura iluminista da literatura como instrumento de reunificação de uma experiência de mundo fragmentada e, portanto, de liberdade; Compagnon defende seu valor, na contemporaneidade, sobre as seguintes bases:

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos. (COMPAGNON, 2012, p. 60)

A literatura, assim, coloca em pauta o homem que escreve, muito mais do que o que ele escreve. Porque o que escreve é sempre, de diferentes formas, em diferentes contextos e sob diferentes premissas, a vida e a experiência humanas, não no que possa aproximá-la de uma generalização absoluta, mas justamente marcando a exceção de cada uma delas. Ao fazê-lo, estabelece uma relação entre distintos tempos e espaços, num modo de conhecer que é tanto literário, quanto histórico. Por isso, Compagnon afirma que há, sim, um pensamento da literatura: “A literatura é um exercício de pensamento; a leitura, uma experimentação dos possíveis” (COMPAGNON, 2012, p. 67).

É preciso entender a afirmação de Barthes do irredutível da literatura, enquanto o literário, para além de seu discurso de afirmação. Não se trata da recusa ao real, mas de ressaltar o potencial criativo da literatura, na medida em que é produtora de discursos que estabelecem relações complexas com uma realidade que lhe é externa. Sua função não é passiva – de representação –, mas ativa – de produção de sentido, um sentido que se desloca de intencionalidade, completando-se, ou melhor, multiplicando-se no leitor. Permite que este sinta para além de seus próprios sentidos, acessando outras verdades, que estão além do real e tocam ao humano. Assim como, arrisco dizer, deveria ser se dar com a história.

### **Literature and history: a potential dialogue**

**ABSTRACT:** This essay focuses on the relations between history and literature, from the point of view of history and the historian’s craft. For that, emphasis will rely on Dominick Lacapra’s ideas. Distancing itself from traditional approaches that understand the literary text as a document, it is defended here as a body of experiences capable of provoking in the reader perceptions and inspirations that incite the production of knowledge about the various times of the text, from its production until its reception.

**Keywords:** History. Literature. Dominick Lacapra.

---

\* Doutora em História Social da Cultura. Pesquisadora de pós-doutorado; Departamento de Filosofia da PUC-Rio

<sup>1</sup> Em livre tradução: Na medida em que os historiadores fingem pertencer a uma comunidade de intelectuais distinguíveis do público alfabetizado em geral, eles têm obrigações com os primeiros que transcendem suas obrigações com os últimos. Se, portanto, artistas e cientistas - em suas capacidades específicas de artistas e cientistas e não como membros do clube do livro da Guerra Civil - chegam às verdades que os historiadores tratam de maneira trivial e possivelmente prejudicial, então é hora dos historiadores se questionarem se essas acusações não têm, de fato, alguma base real.

<sup>2</sup> Em livre tradução: [...] se tem algo que a geração atual precisa é da disposição de confrontar heroicamente as forças dinâmicas e disruptivas na vida contemporânea. O historiador não serve a ninguém ao construir uma simples continuidade entre o mundo atual e o que o precedeu. Pelo contrário, precisamos mais do que nunca de uma história que nos eduque à descontinuidade; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. [...] Somente uma consciência histórica pura pode realmente desafiar o mundo de outra maneira, a cada segundo, pois somente a história é capaz de fazer a mediação entre o que é e o que os homens pensam que deveria ser com efeito verdadeiramente humanizador.

<sup>3</sup> White cita, como exemplo de autores que usam este recurso, Gide, Ibsen, Malraux, Aldous Huxley, Hermann Broch, Thomas Mann, Jean-Paul Sartre, Camus, Pirandello, Elias Canetti e Edward Albee, entre outros.

<sup>4</sup> Em livre tradução: O romance em si torna-se pouco mais do que uma evidência "literária" questionável, e um interesse em literatura (ou filosofia) que vai além dos limites estritamente documentais é apenas um sinal revelador de que alguém não está realmente fazendo história.

<sup>5</sup> Em livre tradução: A literatura se torna redundante quando nos diz algo que pode ser encontrado em fontes documentais. Nesse sentido, a literatura é paradoxalmente mais supérflua quando parece nos fornecer as informações mais "úteis" e "respeitáveis", ou seja, quando tem seu papel se resume a apenas replicar ou confirmar o que pode ser encontrado em documentos mais oficiais, como relatórios policiais.

<sup>6</sup> Em livre tradução: Um movimento em uma direção desejável é, penso eu, feito quando os textos são entendidos como usos variáveis da linguagem que atingem - ou "inscrevem" - contextos de várias maneiras - maneiras que engajam o intérprete, como historiador e como crítico, em uma troca com o passado por meio da leitura de textos.

<sup>7</sup> Agradeço a Gabriel Tupinambá pela troca, no que se refere ao esclarecimento dos sentidos clínicos deste termo.

<sup>8</sup> Em livre tradução: Eu uso "transferência" em uma modificação do sentido psicanalítico de uma repetição-deslocamento do passado para o presente, que necessariamente molda o futuro. A "transferência" está ligada a uma noção de tempo, não como continuidade ou descontinuidade simples, mas como repetição com variação ou mudança - às vezes, uma mudança traumatizante.

<sup>9</sup> Em livre tradução: De fato, talvez a questão mais importante que o romance coloca para a historiografia seja a de que a escrita histórica contemporânea pode aprender algo da natureza autocrítica de um modo de discurso que, no geral, costumava usar ou explicar de maneira excessivamente redutora. De modo distinto, a leitura de romances pode nos alertar não apenas sobre as vozes contestatórias e contradiscursos do passado, mas também sobre as maneiras pelas quais a própria historiografia pode se tornar uma voz mais crítica nas "ciências" humanas.

<sup>10</sup> É bela e digna de nota a passagem de *Aula* em que Barthes, tendo afirmado o caráter fascista da língua - "pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer" (Barthes, 2002, p. 14) - ressalta o papel e o valor da literatura: "Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapeçar com a língua, trapeçar a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim, literatura." (Barthes, 2002, p. 16 - grifo do autor)

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2002.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

---

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**, vol. XII – (4), 1912. Disponível em: <<http://www.freudonline.com.br/livros/volume-12/vol-xii-4-a-dinamica-da-transferencia-1912/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. Language, and Reading: Waiting for Crillon. **The American Historical Review**, vol. 100, n. 3, p. 799-828, jun. 1995.

\_\_\_\_\_. **History, Politics and the Novel**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. History and Psychoanalysis. **Critical Inquiry**, vol. 13, n. 2, The Trial(s) of Psychoanalysis, p.222-251, dez./mar. 1987.

\_\_\_\_\_. **History in Transit**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Intellectual History and Its Ways. **The American Historical Review**, vol. 97, n. 2, p. 425-439, abr. 1992.

\_\_\_\_\_. Rethinking intellectual history and reading texts. **History and Theory**. vol. 19, n. 3, p. 245-276, out. 1980.

\_\_\_\_\_. Tropisms of Intellectual History. **Rethinking History**, vol. 8, n. 4, p. 499-529, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Writing History, writing trauma**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

WHITE, Hayden V. Interpretation in History. **New Literary History**, vol. 4, n. 2, On Interpretation: II, p. 281-314,dez./mar. 1973.

\_\_\_\_\_. Historical text as literary artifact. In: **Tropics of discourse**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Meta-história**. Imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Editora USP,1973

\_\_\_\_\_. The Burden of History. **History and Theory**, vol. 5, n. 2, p. 111-134, 1966.